

Apelo sob a forma de carta aberta

Exmº Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor,
Exmª Sr. Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Mariana Vieira da Silva,
Exmª Sr. Ministra da Justiça, Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem

Com cópia para os grupos parlamentares da Assembleia da República, Presidente da FCT I.P. e outras entidades envolvidas na defesa das liberdades e da governação da Internet

Os abaixo assinados, respetivamente presidente da direção e presidente do conselho fiscal da associação sem fins lucrativos Associação ISOC Portugal, também conhecida pela designação de Capítulo Português da Internet Society (ISOC-PT), vêm por este meio chamar a atenção de Vossas Excelências para diversos acontecimentos que se têm produzido recentemente, e que, na nossa interpretação, constituem uma tentativa clara de condicionar as posições públicas da ISOC-PT sobre a forma como certas facetas da governação da Internet, da responsabilidade última do Estado Português, têm lugar em Portugal.

O que é realmente grave é que esta tentativa é conduzida de forma orquestrada por funcionários e colaboradores da FCT IP, dependentes do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTES), e pela direção e funcionários da Associação sem fins lucrativos DNS.PT, que recebeu do Estado Português a incumbência de gerir em exclusivo o domínio Internet de Portugal, .PT, propriedade desse mesmo Estado e que, tanto quanto é do nosso conhecimento, deveria ser tutelada pela própria FCT IP.

A motivação óbvia desta tentativa é abafar as críticas que foram publicamente avançadas pelo ISOC PT, no final de 2017, sobre a forma como a associação DNS.PT foi fundada, os meios usados pelo Estado Português para assegurar a supervisão da sua atividade, e a forma como os excedentes financeiros da gestão do domínio .PT têm sido utilizados. Estas críticas foram amplamente reconhecidas como válidas, inclusivamente pelo responsável máximo do MCTES, em documentação a que tivemos acesso. Não eram, portanto, críticas irrelevantes.

A Divisão da Sociedade da Informação da FCT IP, que é por essa via indiretamente envolvida neste processo, julgamos ser responsável pela supervisão exercida pelo Governo Português da gestão do domínio .PT, para além de ser representante do Governo Português em organismos internacionais relacionados com a governação da Internet.

Assim, a situação indicia uma tentativa orquestrada por funcionários da FCT IP, dependentes do ministério que a tutela, o MCTES, em colaboração com a direção de uma entidade que deviam supervisionar, no condicionamento de posições críticas da sua atuação que a nossa associação tornou públicas.

Se essas práticas não forem imediatamente condenadas e bloqueadas pela direção e a tutela da FCT IP, teremos de concluir que as mesmas serão, por óbvia inercia, coniventes com uma tentativa, executada a partir do interior de um organismo dependente do Estado, de condicionar uma associação independente da Sociedade Civil, o Capítulo Português de uma associação internacional, a Internet Society, fundada pelos pioneiros da Internet e reconhecida como idónea em todo o mundo, incluindo por vários governos e organismos internacionais do âmbito das Nações Unidas.

Já é tempo de o Governo Português assumir as suas responsabilidades na gestão do domínio .PT, ao invés de, por passividade, julgamos nós, permitir que no seio de organismos a si subordinados, e em organismos a quem delegou a gestão do domínio .PT, sejam orquestradas tentativas de condicionamento da Sociedade Civil e de pessoas que pelo seu passado e presente deram contributos decisivos para o desenvolvimento da Internet em Portugal.

Os factos

Desde que o controlo do domínio **.PT** foi trazido para Portugal em 1992, até 2015, a gestão desse domínio esteve sob a responsabilidade de uma fundação pública (FCCN) formada pelas universidades portuguesas, o LNEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTES).

Durante 2014 e culminando em 2015, a FCCN foi dissolvida pelo Governo Português e a gestão do domínio **.PT** foi atribuída em exclusividade a uma associação privada sem fins lucrativos (DNS.PT), na qual o MCTES participa em minoria. Muitos funcionários da associação DNS.PT e todos os membros da sua direção executiva são antigos funcionários da FCCN. A maioria dos outros funcionários da FCCN foram integrados na FCT IP, a Fundação Nacional para a Ciência e Tecnologia, Instituto Público.

Sensivelmente no mesmo período, a UMIC – Unidade de Missão para a Sociedade da Informação, entidade do âmbito da Presidência do Conselho de Ministros que lidava com a política da Internet, foi também dissolvida e integrada na FCT IP, na sua Divisão da Sociedade da Informação.

A forma como a associação DNS.PT foi fundada, os meios utilizados pelo Estado Português para supervisionar a sua atividade e a forma como os excedentes financeiros da gestão do registo de domínios **.PT** foram utilizados, foram publicamente criticados pela ISOC PT no final de 2017.

Essas críticas foram reconhecidas como pertinentes, inclusive pelo próprio ministro do MCTES, que num despacho, assim as reconhecia implicitamente. Não foram, portanto, críticas irrelevantes.

A Presidência do Conselho de Ministros informou então por escrito o ISOC-PT que a responsabilidade final pela gestão do domínio **.PT** era o Ministério da Ciência e Tecnologia. Tendo o seu Ministro delegado este assunto na Fundação para a Ciência e Tecnologia, onde a Divisão da Sociedade da Informação é, tanto quanto julgamos saber, o departamento mais diretamente relacionado com o assunto.

Até agora, as medidas tomadas pelo MCTES, ou qualquer outra entidade governamental, para corrigir a situação com a gestão do registo de **.PT** não foram divulgadas publicamente e, por isso, não temos qualquer conhecimento sobre as mesmas.

No final de janeiro de 2019 foram convocadas eleições para os órgãos sociais do ISOC-PT. A data pública de convocação da Assembleia Geral para as eleições foi o final de janeiro de 2019. A Assembleia Geral foi convocada para 25 de fevereiro de 2019. Numa associação, sem regulamento de eleições específico, o caderno eleitoral é constituído pelos membros em plenitude dos seus direitos de voto e de serem eleitos no dia em que as eleições são convocadas.

Em meados de fevereiro de 2019, muitos funcionários e colaboradores da Divisão da Sociedade da Informação da FCT IP, assim como diversos funcionários ou colaboradores e colaboradores de entidades próximas destas duas entidades pediram a sua adesão ao ISOC PT.

Três dias antes da Assembleia Geral apareceu uma lista concorrente, em oposição a uma lista formada por membros dos anteriores órgãos sociais. Nessa nova lista, figuram em cargos dos diversos órgãos várias pessoas ligadas ao movimento descrito no parágrafo anterior, que ainda não eram associadas da ISOC PT assim como funcionários da FCT IP e da DNS.PT.

Na assembleia de 25 de fevereiro, organizados sob a liderança da Chefe da Divisão de Sociedade da Informação da FCT IP, da presidente da direção executiva da DNS.PT e de uma vogal da direção executiva da associação DNS.PT, mais de 15 funcionários ou colaboradores da FCT I.P. ou funcionários ou colaboradores da associação DNS.PT, ou de entidades ligadas a esses organismos, estavam presentes para apoiar a nova lista. Um membro da direção da associação DNS.PT apresentou à mesa também inúmeras delegações de voto em si própria, na sua grande maioria também de colaboradores da FCT I.P, da associação DNS.PT ou de empresas ou outras entidades intimamente ligadas a atividades desenvolvidas pela FCT IP ou a DNS.PT.

Para evitar que a nova lista fosse administrativamente recusada por ter membros que ainda não eram associados do ISOC-PT, decidiu a assembleia suspender o seu funcionamento e dar aos seus proponentes algum tempo para corrigirem a situação.

Neste quadro, e tendo em conta a indisponibilidade de membros dos órgãos da ISOC PT que integram a lista que se apresentou para dar continuidade ao trabalho executado para participar em jogos de influências e ações de contra-guerrilha institucional, é possível que esta manobra venha a ter êxito.

Conclusões

É para nós evidente, que apesar de estas pessoas se apresentarem como associados individuais do ISOC-PT, as mesmas atuaram de forma concertada, utilizando as suas relações dentro de um organismo dependente do Estado e as suas relações com uma associação que nos parece que deveriam tutelar. O móbil desta concertação é evidente: calar a atual direção do ISOC-PT devido às suas críticas à forma como o processo de gestão do domínio de Portugal tem vindo a ser conduzido.

Não estamos a afirmar que a Direção da FCT I.P. é responsável pelo que se passa, apenas que tem revelado passividade na gestão deste processo. Tal não é estranho, pois a problemática da governação da Internet não é hoje em dia do âmbito da Ciência e Tecnologia, mas completamente transversal à ação governativa. Como assinalámos nas nossas críticas de 2017, o assunto não devia estar exclusivamente na tutela do MCTES, nem ser da responsabilidade de uma Fundação cujo objetivo principal é promover a Ciência e a Tecnologia, inadequada portanto para definir a forma de governo de algo que é hoje em dia completamente transversal a toda a Sociedade.

Se a tutela do MCTES, mas também quem deveria ter a responsabilidade máxima de coordenar a Política para a Internet, que na nossa opinião merece um organismo no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros, continuarem a compactuar com esta situação, só nos resta concluir que, pelo menos pela sua passividade, contribuem para calar vozes críticas da sociedade civil.

Acresce que ambos os signatários tiveram, em conjunto com muitas outras pessoas em Portugal, um papel determinante no processo de desenvolver a Internet e a Sociedade de Informação em Portugal, tendo durante toda a sua vida profissional e cívica tentado contribuir para que a Internet fizesse parte do quotidiano dos portugueses e seja orientada para o serviço da sociedade. Sendo contribuintes líquidos para as finanças do ISOC-PT, através da angariação de inúmeros donativos que fizeram crescer as reservas financeiras do capítulo, o que os move é continuar a servir a associação Internet Society, através do seu Capítulo Português, e não a obtenção de vantagens pessoais.

José Legatheaux Martins

Presidente da direção cessante do ISOC-PT

Professor Catedrático de Sistemas e Redes de Computadores da Universidade Nova de Lisboa

Subdiretor para o Conselho Científico da FCT/UNL (2009 a 2011).

Coordenador do projeto que montou a Internet portuguesa, o domínio .PT, e que o geriu durante os seus primeiros 4 anos de existência pública em Portugal

Fundador e membro da Direção do PUUG – Grupo Português de Utilizadores Unix, desde 1990 a 2018, associação que concedeu em 2017 um subsídio de 27.000€ ao ISOC Portugal.

Nuno Manuel Guimarães

Presidente do Conselho Fiscal cessante do ISOC-PT

Professor Catedrático de Sistemas de Informação e Multimédia do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Vice Reitor do ISCTE (2014-2018), Presidente da Faculdade de Ciências da UL (2003-2009)

Também membro da Direção do PUUG – Grupo Português de Utilizadores Unix, desde 1994 a 2018